

A Samarco é uma joint-venture não-operada (NOJV) entre BHP Brasil e Vale, que produz pelotas de minério de ferro em suas operações em Mariana (MG) e Anchieta (ES).

A Samarco interrompeu suas operações por cinco anos após o rompimento, retomando-as de forma gradual em dezembro de 2020. Para voltar a operar, a empresa realizou diversas mudanças em seus processos, implementando mais tecnologia e garantindo maior eficiência e segurança nas operações. Uma das estruturas implantadas foi o Centro de Monitoramento e Inspeção (CMI), atualmente operando 24 horas por dia, 7 dias por semana. Além disso, 80% dos rejeitos gerados, após o beneficiamento do minério, são filtrados e empilhados a seco, de maneira segura, sem a utilização de barragens. Os outros 20% são rejeitos lamosos, armazenados em uma cava confinada, segura, e com menor impacto ambiental, em um processo totalmente diferente daquele utilizado até então.

Em processo de retomada gradual das operações, a Samarco opera atualmente com 60% da capacidade produtiva. Dentro de um planejamento de longo prazo, e sujeito a investimentos, a companhia poderá ampliar gradualmente o fluxo de operação, com a possibilidade de atingir 100% até 2028.

Todo o rejeito gerado pela Samarco não é e nunca foi – tóxico, corrosivo ou inflamável. O rejeito é composto por minério de ferro, areia e água.

Conheca o caminho do rejeito gerado pela Samarco nesse vídeo.





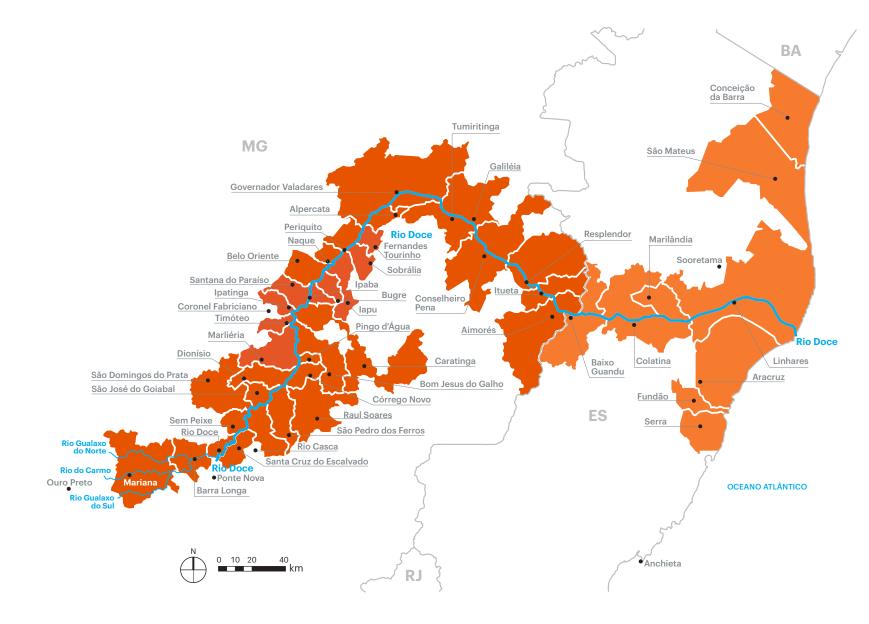








### Mapa da reparação da Bacia do Rio Doce



# BHP em campo desde o primeiro momento

Ao longo desses 10 anos, nossa equipe no Brasil tem se empenhado em pensar, discutir e apoiar a implementação de todas as ações de reparação e compensação.

Ainda em 2016, as empresas (BHP Brasil, Vale e Samarco) em conjunto com os governos federal e estadual de Minas Gerais e do Espírito Santo, e com a participação de outros entes, assinaram o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Esse primeiro acordo deu origem à Fundação Renova, cuja função era coordenar e executar ações de reparação e compensação pelos danos ambientais e sociais causados pelo rompimento. Em seguida, em 2018, foi assinado o TAC-Governança, visando garantir maior participação das pessoas atingidas no sistema de governança que orientava o processo de reparação.

O TTAC e o TAC-Governança eram acordos transitórios. Neles já estavam previstos um novo e definitivo termo quando todos os danos fossem mais conhecidos. A construção desse novo documento começou em 2021, com as primeiras reuniões de negociação. Após três anos, em outubro de 2024, o Novo Acordo do Rio Doce foi assinado, garantindo um total de R\$ 170 bilhões para a reparação na região. A partir de então, a Fundação Renova entrou em liquidação, redistribuindo as atribuições e passando para a Samarco algumas das obrigações financeiras e práticas do Acordo, que também prevê atribuições diretas ao Poder Público, por meio de suas diversas instituições.

Conheça o Novo Acordo do Rio Doce na íntegra no **site da Samarco**.



Ex-CEO da BHP, Andrew Mackenzie (segundo da direita para a esquerda), visita área da Samarco em 2018.





## Reparação em detalhes

Em um cenário desafiador, a reparação da Bacia do Rio Doce apresenta avanços consideráveis – que demonstram que com colaboração, abertura para o diálogo e muito trabalho, é possível alcançar os objetivos.

Conheça agora os principais pontos de trabalho desse projeto tão importante e significativo.



Para tornar acessível o conhecimento sobre as ações de reparação na Bacia do Rio Doce, a BHP criou uma plataforma de realidade virtual que permite uma visita por toda a região.

Acesse o passeio virtual.



Parque da comunidade do distrito de Novo Bento Rodrigues.





#### **Novos distritos**



Os rejeitos da barragem de Fundão atingiram três comunidades em suas infraestruturas, casas e terrenos. Foram elas: Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, na cidade de Mariana (MG), e Gesteira, na cidade de Barra Longa (MG). Os efeitos fizeram com que fosse necessário realocar a população, primeiro de forma emergencial em hotéis e casas alugadas, e depois de forma definitiva. Nesse momento, está em curso o processo de reassentamento definitivo dessas comunidades.

Para que isso acontecesse em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, foram realizadas a seleção de novos terrenos, a criação do projeto urbanístico, considerando a disposição das casas e bens públicos de forma similar às das comunidades de origem, infraestrutura urbana como asfalto, antenas de internet e celular, e pontos de energia, além de melhorias significativas, como a instalação de rede de saneamento.

Novo Bento Rodrigues



Todas essas definições contaram com a participação ativa dos moradores, que escolheram o terreno, criaram os projetos de suas casas em todos os detalhes com o auxílio de arquitetos dedicados, customizadas uma a uma, e deram um novo nome para as comunidades. Em agosto de 2025, foram concluídos os imóveis cujas obras foram iniciadas antes da assinatura do Novo Acordo do Rio Doce, totalizando 388 propriedades (moradias, comércios, sítios, lotes e bens privados) e 22 bens públicos (escolas, postos de saúde, templos religiosos, praças, entre outros). A infraestrutura urbana foi integralmente implementada, e todos os bens públicos foram entregues à gestão municipal de Mariana.

Passados 10 anos do rompimento, os novos distritos – agora nomeados "Novo Bento Rodrigues" e "Paracatu", abrigam mais de **370 famílias**, que, aos poucos, vão retomando seus modos de vida, por meio de suas rotinas, tradições, celebrações religiosas e festas populares.

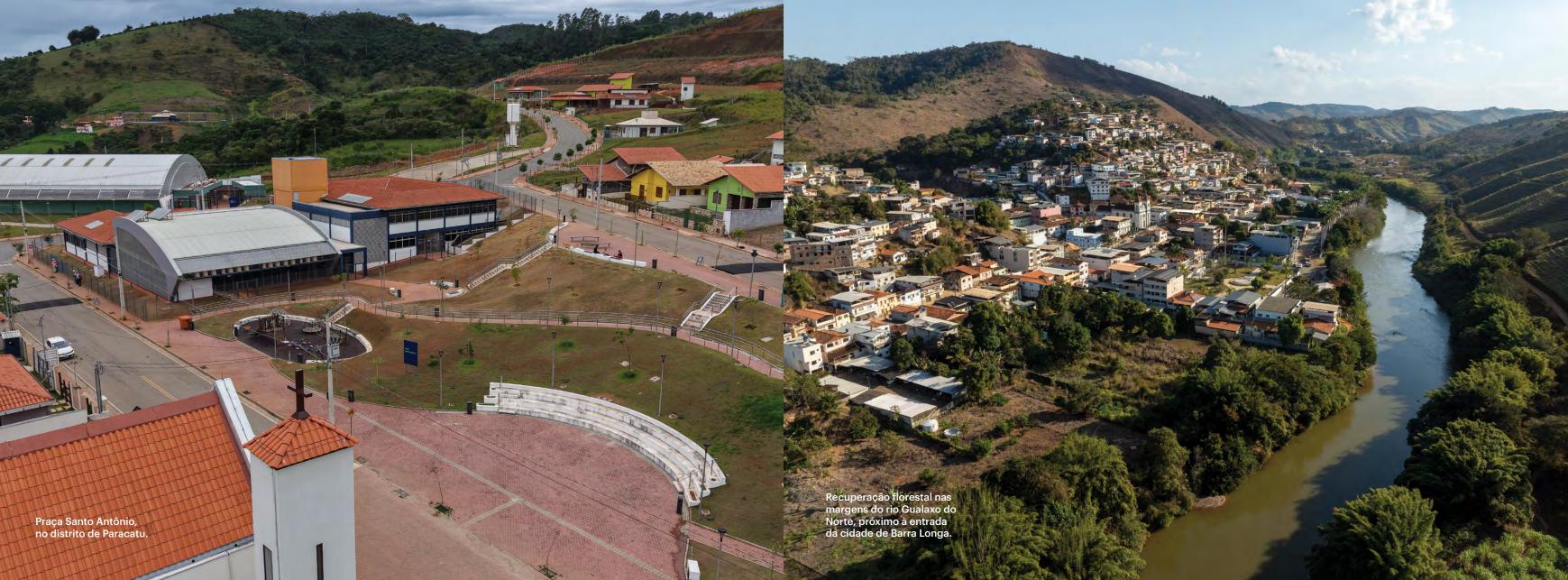
O processo em Gesteira foi diferente. Em 30 de maio de 2023, foi homologado um acordo coletivo no valor de R\$ 126 milhões para a reconstrução da comunidade, pagamento de indenização e criação de um fundo para projetos comunitários. O valor foi repassado para a administração pública e aos moradores, que decidiram se responsabilizar pela condução das obras.



Escola Municipal Gustavo Capanema, reconstruída na praça de Gesteira.

Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do distrito de Paracatu.





### Pagamento de indenizações



O pagamento de indenizações acontece desde 2016, com diversos formatos, valores e plataformas desenvolvidas ao longo dos anos para contemplar as necessidades das pessoas atingidas. Os primeiros pagamentos se iniciaram com o programa AFE (Auxílio Financeiro Emergencial), com periodicidade mensal e caráter temporário. Aqueles que perderam suas casas, atividade econômica, bens materiais e, infelizmente, familiares, receberam valores específicos de acordo com cada tipo de dano.

Trabalhadores que conseguiam comprovar danos e renda, receberam indenizações e/ou lucros cessantes pelo PIM (Programa de Indenização Mediada). Para aqueles que tinham dificuldades na comprovação de danos e atividade econômica, devido à grande informalidade na região, foi criado o Sistema Novel, um sistema indenizatório simplificado, que permitiu um atendimento mais ágil e com comprovação facilitada.

Com o Novo Acordo do Rio Doce, foi instituído o PID (Programa Indenizatório Definitivo), para aquelas

pessoas elegíveis conforme estabelecido no Acordo, sem necessidade de comprovação de danos. O Acordo ainda garantiu o pagamento no Sistema Indenizatório Agro-Pesca para pescadores profissionais e agricultores familiares elegíveis.

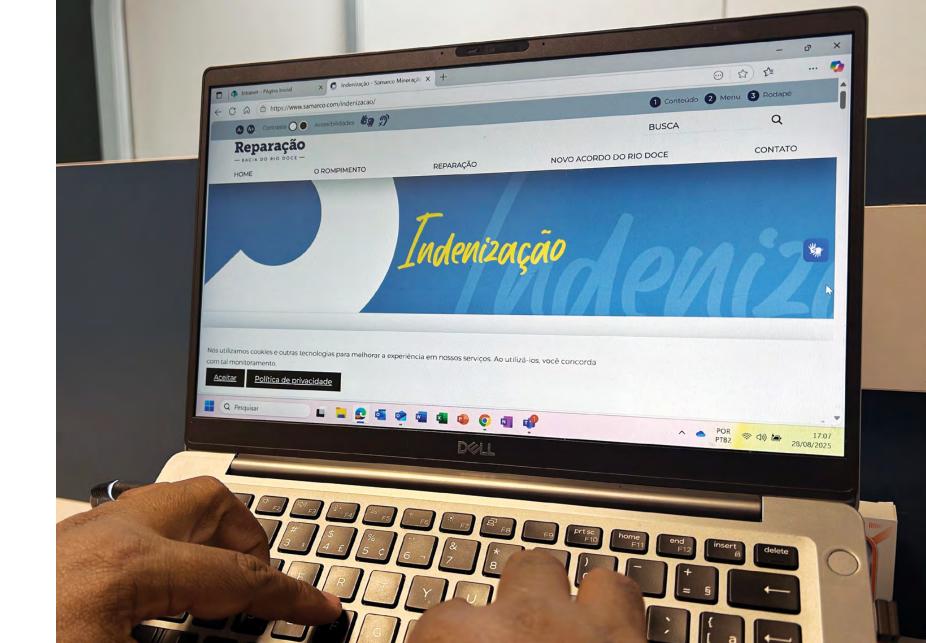
Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais também foram contemplados em programas específicos, e conforme previsto no Novo Acordo, poderão receber valores adicionais e farão a autogestão dos valores recebidos.

Já são mais de 700 mil pessoas indenizadas pelos programas ao longo desses anos. Montantes transferidos diretamente para as contas das pessoas. A conclusão dos programas indenizatórios existentes está prevista para 2026.

Para acompanhar o andamento dos pagamentos, acesse:

www.samarco.com.br/reparacao







#### **Meio ambiente**

pré-rompimento.

Desde o começo da reparação, diversas ações ambientais foram realizadas. O impacto físico, principalmente nas regiões mais próximas ao Complexo de Germano, da Samarco, e antes de chegar à Hidrelétrica Risoleta Neves, foi considerável, e, portanto, as atividades de reparação também.

Margens foram reconformadas. O Rio Doce passou a ser monitorado em tempo real, e atesta níveis de qualidade de água



Hoje o Rio Doce é um dos mais monitorados do mundo! Acompanhe o rio: monitoramentoriodoce.org



Milhares de hectares de florestas foram cercados e protegidos para o reflorestamento compensatório, dentro de um total de 50 mil a serem recuperados – São aproximadamente 70 mil campos de futebol.

A recuperação das nascentes, essenciais para alimentar rios e córregos, abastecer cidades, agricultura e indústrias, e sustentar a vida de diversos organismos e ecossistemas, também fazem parte das ações reparatórias. Serão cinco mil ao final do projeto.

Estações de Tratamento Natural (ETN) nas calhas do Rio Gualaxo do Norte.







O Acordo também prevê a destinação de R\$ 8 bilhões para projetos de saneamento, a serem desenvolvidos pela administração pública. A Bacia do Rio Doce e o litoral norte capixaba sofrem historicamente, principalmente, com a falta de tratamento de esgoto e saneamento. Agora, com os recursos do Acordo, toda a população da região será beneficiada com essas iniciativas.

Para acompanhar o andamento dos projetos, acesse a página oficial da Reparação.



Importante saber: No Brasil, estimam-se despesas anuais de R\$ 2,2 bilhões com internações relacionadas a doenças provindas de ausência de tratamento de

água e esgoto.



Estrutura de monitoramento da qualidade da água do rio.



## Uma década de reparação

O processo de reparação da barragem de Fundão exige uma abordagem multidisciplinar e a colaboração de inúmeros agentes. Certamente não é trabalho simples, seja por sua complexidade intrínseca, seja por fatores externos, como a pandemia da Covid-19 que paralisou obras e atividades por um tempo. Nada disso, porém, deteve os principais atores envolvidos em continuar os esforços - órgãos públicos, a sociedade civil e as empresas.

A assinatura do Novo Acordo do Rio Doce, do qual a BHP Brasil é uma das signatárias, exemplifica bem essa atuação conjunta e mostra o compromisso da BHP com a Samarco e com o Brasil pelos próximos 20 anos, garantindo que o processo de reconstrução seja robusto e duradouro.

Para a BHP, o rompimento trouxe aprendizados e sedimentou valores que guiam a atuação da empresa: Fazer o que é certo, sabendo que um futuro sustentável começa com segurança, integridade e confiança com

quem está ao redor. **Buscar melhores formas** e **Fazer a diferença**, com responsabilidade de agir e gerar impacto positivo. Passados 10 anos, e com um compromisso firmado para os próximos 20, a BHP Brasil segue apoiando a criação de um legado de reconstrução e desenvolvimento sustentável para a mineração no Brasil e no mundo.

Links úteis para acompanhar a reparação e saber mais detalhes sobre essa história.



Samarco samarco.com.br/reparacao



BHP bhp.com/brasil



Para falar com a BHP media.relations@bhp.com



